

VEGANISMO: EM DEFESA DE UMA ÉTICA NA RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E ANIMAIS

Joelma Batista do Nascimento¹
Vinicius Gabriel da Silva²

RESUMO

No contexto atual, novas formas de perceber a relação entre homem e meio ambiente têm sido pensadas politicamente (sustentadas). Estamos diante da disseminação de um conjunto de atitudes coletivas de protesto e repulsa as práticas carnívoras por sua dimensão antropocêntrica e impiedosa da relação entre a cultura e o ecossistema. Castells (1999) define tais movimentos como ambientalistas contraculturais, devido à oposição a algumas normas institucionalmente reconhecidas pela sociedade. Neste sentido, o objetivo desse trabalho foi compreender os principais pressupostos que orientam este tipo de manifestação a partir do movimento Veganismo que adota como algumas de suas práticas a rejeição ao consumo de produtos de origem animal e boicote a espaços de lazer que usam animais como entretenimento para fins lucrativos. A metodologia utilizada partiu da identificação das redes sociais facebook etc. e posteriormente através de entrevistas presenciais realizadas com vários adeptos deste movimento.

Palavras-chave: animais; bem-estar; ética na alimentação; veganismo.

ABSTRACT

In the current context, new ways of perceiving the relationship between man and environment have been thought politically (sustained). We are witnessing the spread of a set of collective attitudes of protest and revulsion practice pitcher for his ruthless and anthropocentric dimension of the relationship between culture and ecosystem. Castells (1999) defines such countercultural movements such as environmentalists, because of opposition to some standards institutionally recognized by society. In this sense, the objective of this study was to understand the key assumptions that guide this type of manifestation from the movement that embraces Veganism as some of their practices to reject the consumption of animal products and boycott the leisure facilities that use animals as entertainment for profit. The methodology used was based on the identification of social networking facebook etc. and later through face to face interviews conducted with several supporters of this movement.

Keywords: animals, welfare, ethics in food; veganism.

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar esse grupo nasceu das várias discussões em sala de aula na disciplina Antropologia, Cultura e Meio Ambiente, motivados principalmente pela tese do materialismo cultural de Marvin Harris em pesquisa na Índia que argumentou a existência de uma racionalidade utilitarista quanto à proibição ao consumo da carne ao tornar a vaca um animal sagrado. O vegetarianismo hindu levou-nos posteriormente a perceber um elo de conexão entre a abordagem de Marvin Harris e os valores do Veganismo, quando o antropólogo comparou a agricultura indiana com a norte-americana baseada na produção agrícola de larga escala para alimentar o gado, com base em fertilizantes químicos, teria se mostrado menos racional. Esta modalidade de agricultura denominada agronegócio é um dos alvos da crítica do movimento vegano, que será abordado no decorrer do desenvolvimento do texto.

Em *The New Vegetarians* Paul R. Amato e Sonia A. Partridge (1989, apud FELIPE 2008) subdividem o grupo vegetariano em: “(1) *Ovo-lacto-vegetarianos*, consomem ovos e laticínios, menos carne; (2) *lacto-vegetarianos*, consomem laticínios, mas não ovos e carnes; (3) *ovo-vegetarianos*, comem ovos mas não laticínios e carnes; (4) *veganos*, não comem carnes, laticínios e ovos (e geralmente também não usam mel); (5) *vegetarianos macrobióticos*, vivem de grãos integrais, vegetais marinhos e do solo, leguminosas e missô (uma pasta altamente proteica feita de grãos e soja fermentados); (6) *higienistas naturalistas*, comem alimentos vegetais, combinam alimentos, e praticam jejuns periódicos; (7) *crudívoros*, comem apenas alimentos crus de origem vegetal; (8) *frugívoros*, consomem frutas, nozes, sementes e certos vegetais; e (9) *semivegetarianos*, incluem pequenas porções de peixe e ou frango em sua dieta.

O nosso recorte consistiu nos vegetarianos veganos, que em geral, não são consumidores de quaisquer produtos de origem animal, não apenas no que diz respeito à alimentação, mas a qualquer atividade humana que se utilize de animais para fins comerciais. Dessa maneira, não usam medicamentos, nem cosméticos que tenham sido testados em animais ou produtos que contenham gordura animal, não consomem nenhum tipo de carne, peixe, mariscos, laticínios, cera de abelha, mel, ovos, peles, couro, lã, seda, própolis, não frequentam circos com animal, entre outros eventos que usam os animais como ferramenta de espetáculo (ARGOLO, 2008, pp. 5-6).

Inicialmente, devemos considerar dentro dessa subdivisão dos vegetarianos, que apesar das convergências entre esses grupos também há disputas e contradições ideológicas. Ao mencionar esse aspecto não temos por intento discutir este ponto, mas descrever de maneira simplificada que falar em vegetarianismo requer pensar uma variedade de formas de dieta e atitudes¹. Trazemos para esta análise como exemplo o *Ovo-lacto-vegetarianos* e os Veganos, de modo que os nossos entrevistados quando abordados como vegetarianos, imediatamente questionavam a nossa nomenclatura e afirmavam veementemente a diferença entre vegetariano *Ovo-lacto-vegetarianos* e vegetarianos Veganos. Para eles, nos primeiros encontra-se ausente uma causa ética, a qual tem como um de seus princípios a garantia da conservação da vida dos animais.

¹ Para maiores detalhes Cf. Sonia T. FELIPE, 2008.

A filósofa e membro Fundador da Sociedade Vegana, Sonia T. Felipe (2008, p. 1) define ética na alimentação “como um projeto humano de buscar um princípio moral não relativo, aplicável à ação de comer, que possa ser aceito como válido por indivíduos formados moralmente em diferentes padrões culturais”. Deste modo, um dos princípios do veganismo é a busca de uma ética na alimentação e para tanto, na concepção dela e de nossos entrevistados, o consumo de ovos e laticínios rompem com a ética da não-violência e uso dos animais para fins comerciais. Como podemos observar na citação abaixo:

(...) não há uma diferença fundamental entre os onívoros e os demais comedores que incluem produtos de origem animal em sua dieta, especialmente leite e ovos, gostaria de lembrar que a questão ética implicada na consideração da dieta inclui em todos os casos a morte não justificada de animais. Ao contrário do que os ovo-lacto-vegetarianos pensam, comer produtos derivados do leite e comer ovos adquiridos da rede de comércio de alimentos implica em torturar e matar animais, e em número maior do que geralmente se supõe (Felipe, 2008, pp. 4-5).

Essa violência para a autora consiste no uso de animais como produtores de leite e ovos para fins comerciais, retirando a liberdade desses animais e condicionando sua existência a produção. Argumenta ainda que no término da produtividade esses animais são destinados ao abate, e por isso essa produção também tem como finalidade a morte e maltrates. Como por exemplo, a galinha e a vaca, elas são impulsionadas pela indústria leiteira e de granja a produzir acima de seus limites naturais e a vaca perde o seu direito de reprodução sexual, tendo em vista que a produção de leite depende dela estar “prenha”. Enfim, as pluralidades existentes no vegetarianismo foi um ponto elencado pelos nossos entrevistados e a nosso ver essencial para buscarmos compreender que causa ética é essa mencionada e sempre reafirmada pelos adeptos ao veganismo, quais seus princípios norteadores e principais argumentos que enviesa esses indivíduos como grupo.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter exploratório e iniciou com uma interação com alguns agentes do movimento vegano que identificamos na rede social “Facebook” em dois grupos distintos desse movimento: “grupo de vegetarianos e veganos de João Pessoa” e “Diga não aos testes em animais” onde o primeiro é composto por Vegetarianos veganos e Ovo-lacto-vegetarianos da cidade de João Pessoa e o segundo de São Paulo, contra o uso de animais em pesquisas científicas e pertencem a vertente abolicionismo de animais. Na primeira fase tínhamos como intenção sermos aceitos pelo grupo e conhecer um pouco das práticas e ideologias difundidas entre eles, o que só foi possível devido à aproximação de um dos pesquisadores com um membro do grupo que nos adicionou na rede social.

Posteriormente, nos apresentamos nestes grupos no “Facebook” como pesquisadores e solicitamos a colaboração de quem se interessasse pelo nosso trabalho tomando algumas pessoas de vários locais do Brasil que se disponibilizaram a conversar e relatar quais as atribuições e significados que o veganismo tem para elas, bem como a ampliação de nosso campo com a inserção em vários outros grupos, como por exemplo, o VEDDAS, uma ONG de proteção dos animais, localizada em São Paulo.

Deste modo, a internet foi um importante instrumento para que pudéssemos compreender o grupo estudado, tendo em vista, a construção de uma rede de informações vinda de vários lugares do mundo. Deste modo, essas informações nos proporcionaram um entendimento mais coeso dos objetivos, dos avanços, das cosmovisões e das novas interpretações que vão se formando ao adentrar neste grupo. Os grupos pesquisados via rede social facebook foram essenciais pra o andamento de nosso trabalho, pois fazia parte da rotina do grupo postar e compartilhar debates sobre o veganismo e meio ambiente, imagens denunciativas sobre a utilização/exploração de animais, convites de oficinas e palestras veganas, sites, vídeos e textos acadêmicos que nos forneceram dados imprescindíveis que vão ser expostos durante o desenvolver do trabalho. Extrapolamos a observação do ciberespaço para o real com entrevistas semiestruturadas a alguns veganos que moram na cidade de João Pessoa, mas nem todos fazem parte desses grupos de rede virtual. Espaços físicos como universidades e restaurantes vegetarianos são lugares bastante frequentados por esse grupo, sendo os pontos de encontros estratégicos para a realização das entrevistas. Gostaríamos de destacar ainda que todas as falas e relatos foram devidamente e gentilmente autorizados pelos sujeitos que participaram da pesquisa seja das entrevistas via rede social, sejam pelas entrevistas presenciais.

1. SURGIMENTO DE MOVIMENTOS EM DEFESA DOS ANIMAIS: EM UMA ERA DE “INCERTEZAS” E AVANÇO TECNOLÓGICO

Para FELIPE (2008, pp. 1-5) a escravização dos animais pelos homens se justificou ao longo da história pelo uso e extermínio dos animais e a destruição dos ecossistemas naturais como ações humanas, consideradas “necessárias” para o bem da “humanidade” e essa categoria “necessidades” justificava por si só moralmente as instituições. Mas, o que ninguém investigava eram as causas de tais “necessidades”, o que vem a ser questionado com o processo de industrialização, pois “comer deixou de ser simplesmente um ato imposto por uma ‘necessidade natural’. Na verdade, o que se come, hoje, passou a ser imposto pelos ‘interesses industriais’”.

CARVALHO (2003, p. 67) argumenta que com o advento da Revolução industrial no século XVIII o Meio Ambiente sofreu radicais mudanças, as quais reformularam o conceito de uso pelos homens. Alicerçando até as primeiras décadas do último século, três fatores básicos da produção: a natureza, o capital e o trabalho. Entretanto, em meados do século XX, um novo fator foi acrescentado: a tecnologia que provocou um salto, qualitativo e quantitativo, nos fatores resultantes do processo industrial e gerou também graves prejuízos à sanidade ambiental. Entretanto, “o problema ecológico só foi enfrentado e regulamentado pelos legisladores no período do segundo pós-guerra do século XX (1939-1945). Nessa fase, a conscientização da necessidade de proteção ao meio ambiente espalhou-se pelo mundo por meio das Entidades Não-Governamentais (ONGs)” (SPAREMBERGUER e SILVA 2008, p. 2).

Consoante CASTELLS (1999, p. 142) a partir dos anos 60, na maior parte do mundo, surgiu o movimento ambientalista multifacetado, principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa propondo uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura.

E esse movimento teria sido fonte de inspiração para algumas das contraculturas originadas dos movimentos dos anos 60 e 70, dentre estes o movimento de libertação animal, em que se insere uma das vertentes do veganismo. Essa contracultura é abordada pelo autor como uma tentativa deliberada de viver segundo normas diversas e até certo ponto, contrárias às institucionalmente reconhecidas pela sociedade, e de se opor a essas instituições com base em princípios e crenças alternativas (CASTELLS, 1999, p.147).

Conforme Castell (1999, pp. 155-160) as principais linhas do discurso presentes no movimento ambientalista são:

1) Relação estreita e ao mesmo tempo ambígua com a ciência e tecnologia. Nas palavras de Bramwell “o desenvolvimento de ideias verdes nasceu da revolta da ciência contra a própria ciência que aconteceu por volta do final do século XIX na Europa e na América do Norte”.

2) O ambientalismo é um movimento com base na ciência. Embora critiquem a dominação da vida pela ciência, os ecologistas valem-se da ciência para fazer frente a esta em nome da vida.

3) Os conflitos sobre a transformação estrutural são sinônimos da luta pela redefinição histórica de duas expressões fundamentais e naturais da sociedade: o tempo e os espaço.

4) Da mesma forma que o espaço, o controle sobre o tempo está o jogo na sociedade em rede, e o movimento ambientalista é provavelmente o protagonista do projeto de uma temporalidade nova e revolucionária. O pensamento ecológico observa a interação entre todas as formas de matéria em uma perspectiva evolucionária. A ideia de utilizar única e exclusivamente recursos renováveis, crucial para o ambientalismo, está justificada precisamente pela noção de que qualquer alteração nos mecanismos básicos do planeta, e do universo, poderá ao longo do tempo, desfazer um delicado equilíbrio ecológico, trazendo consequências desastrosas.

Deste modo, CASTELLS (1999, p. 154) propõe a existência de uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da estrutura social, da sociedade em rede, dos anos 70 em diante. Em que a ciência e tecnologia são os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riquezas, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia.

O sociólogo alemão Ulrich Beck associa a modernidade com a construção de uma sociedade de risco, devido à fabricação de incertezas reforçadas por rápidas inovações tecnológicas e respostas sociais aceleradas. E essas indicações de risco são baseadas em padrões culturais, expressos tecnicamente, sobre o que ainda é e o que não é mais aceitável. Para o autor as ameaças com as quais nos confrontamos na era do risco não podem ser atribuídas a Deus ou à natureza, mas à própria “modernização” e ao próprio “progresso”. Neste sentido, o conceito de sociedade de risco é assim definido pelo autor, em entrevista Incertezas fabricadas a IUH Online (2006):

“Sociedade de risco” significa que vivemos em um mundo fora de controle. Não há nada certo além da incerteza. Mas vamos aos detalhes. O termo “risco” tem dois sentidos radicalmente diferentes. Aplica-se, em primeiro lugar, a um mundo governado inteiramente pelas leis da probabilidade, onde tudo é mensurável e calculável. Esta palavra também é comumente usada para referir-se a incertezas não quantificáveis, a “riscos que não podem ser mensurados”. Quando falo de “sociedade de risco”, é nesse último sentido de incertezas fabricadas. Essas “verdadeiras” incertezas, reforçadas por rápidas inovações tecnológicas e respostas sociais aceleradas, estão criando uma nova paisagem de risco global. Em todas essas novas tecnologias incertas de risco, estamos separados da possibilidade e dos resultados por um oceano de ignorância (BECK, 2006, p. 5).

Portanto, para Ulrich Beck o risco está diretamente conectado a “incertezas fabricadas” devido a alta velocidade do desenvolvimento tecnológico, a insegurança quantificável de controle do que criamos e de suas consequências, como por exemplo, tecnologia genética, genética humana, nanotecnologia e ciência da informática. Deste modo, conclui o autor: “A expectativa institucionalizada de controle, mesmo as ideias-chave de “certeza” e “racionalidade” estão em colapso. Não são as mudanças climáticas, os desastres ecológicos, ameaças de terrorismo internacional, o mal da vaca louca etc. que criam a originalidade da sociedade de risco, mas a crescente percepção de que vivemos em um mundo interconectado que está se descontrolando” (BECK, 2006, p. 6) tendo como uma de suas consequências a transitoriedade dos resultados produzidos pela ciência e nessa perspectiva, somente a ciência não é mais capaz de dar de conta dos riscos dessa nova sociedade.

Enfim, vimos que o surgimento do veganismo segundo Castells esteve ligado ao movimento ambientalista, as mudanças estruturais da sociedade devido ao alto grau de tecnologias, a globalização, os fluxos globais abstratos de informações virtuais pelas redes da mídia, bem como segundo Ulrich Beck uma era de incertezas em que a ciência passa a ser questionada.

2. EM DEFESA DO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS: ROMPIMENTO COM O ESPECISMO

A preocupação com os animais e as reivindicações advinda da sociedade civil e de grupos em defesa dos animais contribuiu para a formulação da Declaração Universal dos Direitos dos Animais proclamada pela UNESCO em sessão realizada em Bruxelas, em 27 de janeiro de 1978. Vejamos alguns artigos dessa declaração:

Art. 1º - Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência.

Art. 2º.1 - Todo o animal tem o direito a ser respeitado.

2º.2 - O homem, como espécie animal, não pode exterminar os outros animais ou explorá-los violando esse direito; tem o dever de pôr os seus conhecimentos ao serviço dos animais.

Art. 7º - Todo o animal de trabalho tem direito a uma limitação razoável de duração e de intensidade de trabalho, a uma alimentação reparadora e ao repouso.

Art. 8º.1. - A experimentação animal que implique sofrimento físico ou psicológico é incompatível com os direitos do animal, quer se trate de uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer que seja a forma de experimentação.

Art. 8º.2 - As técnicas de substituição devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Art. 9º - Quando o animal é criado para alimentação, ele deve ser alimentado, alojado, transportado e morto sem que disso resulte para ele nem ansiedade nem dor.

Art.14º.1 - Os organismos de proteção e de salvaguarda dos animais devem estar representados a nível governamental.

14º.2 - Os direitos do animal devem ser defendidos pela lei como os direitos do homem.

Na década de 70 um grupo de filósofos da Universidade de Oxford, do qual faziam parte Peter Singer e o psicólogo Richard D. Ryder discutiam sobre reivindicações à melhoria do bem-estar dos animais e com a Declaração Universal dos Direitos Animais o Art. 9º inspirou esses filósofos na construção de teorias sobre direitos animais, as quais deram origem a vertente do Veganismo “Bem-estarista” que dentre suas ideologias defendem a necessidade de promover bem-estar aos animais, e para tanto evitar o sofrimento e violência que é cometido contra os mesmos pelos seres humanos, devido ao especismo² e a superioridade humana para dominar as demais espécies.

No momento de nossas entrevistas uma parcela expressiva dos participantes possui argumentos sistematizados e leituras de obras de autores militantes, tendo como referências quase unânimes Gary FRANCIONE (1996) e Peter SINGER (1975). Para tanto, o argumento utilizado por Singer e enviado pelos adeptos a esse movimento – como veremos no decorrer das falas de nossos entrevistados - é a capacidade do animal de “sentir dor”, pois ele é um ser “senciente”, portanto, possui consciência e pode ter emoções e sensações, dentre elas “dor”, “stress”, “ansiedade”, “medo” ou experimentar prazeres. SINGER (2010) tentando comprovar a senciência do animal trará a debate em seu livro *Libertação Animal* a fisionomia e anatomia do sistema nervoso do animal em comparação ao humano, detendo-se ao diencéfalo que é responsável pelas emoções e sensações, afirmando que não somente em humanos, mas em outras espécies, sobretudo em mamíferos e aves também é bem desenvolvido. E um segundo respaldo será através da fala de um neurologista britânico Walter Russel Brain (1895- 1966), o qual afirma que: “(...) não duvido de que os interesses e as atividades dos animais estejam relacionados a consciência e a capacidade de sentir, da mesma maneira como os meus [humanos]; e tanto questão sei, podem ser tão vívidos os meus” (p. 20) argumentos estes que visam comprovar a capacidade dos animais de “sentir dor” “sofrimento” e “prazer”.

Tim INGOLD (1995) em seu artigo intitulado “Humanidade e animalidade” busca fazer uma discussão em torno da definição da condição de ser humano e de sua correlação com a animalidade mediante a nova indagação dos filósofos “*O que torna os seres humanos diferentes dos animais, como espécie?*”. Para o autor esse novo questionamento faz alusão a um princípio que infundido na constituição do animal, eleva seus possuidores a um nível mais alto de existência do que o do “mero animal” tornando a condição humana do ser,

² Peter Singer (2010, p. 15) define o especismo como um jogo de interesses em que os interesses de sua espécie se sobreponham aos interesses maiores de outras espécies. Como por exemplo, a criação da “sacralidade da vida humana” em que tão somente ela é sacrossanta.

radicalmente oposta à condição da animalidade em que "*Todos os seres humanos são dotados de razão e consciência*". Para ele, a concepção da "animalidade humana" e da vida animal está extraordinariamente difundida no pensamento ocidental, sendo esta última, um estágio de instintos e livres dos constrangimentos da moral ou da regulação dos costumes.

Outro questionamento posto por Ingold é compreender se a natureza humana reside em nossa animalidade ou em nossa humanidade. A sua conclusão é que a cultura sublinha a identidade do ser humano não como organismo biológico, mas como sujeito moral, ou seja, a condição de pessoa. Entretanto, ressalta ele, ao apontar exclusivamente aos seres humanos o artifício de pessoas, negaríamos a possibilidade de uma evolução da qual nada sabemos hoje. Para o autor nossa definição de pessoa como uma prerrogativa dos seres humanos trata-se de uma visão do mundo ocidental, pois em muitas culturas não ocidentais a classificação de pessoa é atribuída tanto a homens quanto a animais não humanos, como por exemplo, "entre os ojibwa, caçadores naturais do Canadá subártico a condição de pessoa é tida como uma essência interna que engloba poderes de percepção e sensibilidade, volição, memória e fala, indiferente à forma particular que a espécie assume exteriormente. Assim, para os ojibwa, não existe nada de excepcionalmente 'humano' em ser uma pessoa" (Hallowell, 1960 apud Ingold, 1995, p. 9).

Dentro dessa perspectiva Ingold trás ao debate as ideias difundidas pelos gradualistas, os quais defendem que as diferenças entre os seres humanos e não humanos se dão em referência a *grau* mais do que *espécie*, ponto este que converge perfeitamente com as ideias disseminadas pelo veganismo. Pois, apesar da linguagem humana ser mais complexa ela não difere fundamentalmente dos sistemas de comunicação usados por outros animais. Portanto, acreditam os gradualistas, que as habilidades construtivas de animais não humanos devem ser consideradas e não negligenciadas. Deste modo, esse grupo contesta o antropocentrismo, assim como os adeptos ao veganismo, ao considerar a "condição humana" como um estado de existência do tipo tudo-ou-nada, somente aberto aos membros da espécie humana e, por conseguinte, negado a todos os demais animais. Para estes não se trata de ter ou não ter linguagem, razão, consciência, os animais podem ser mais ou menos dotados dessas aptidões ou qualidades (INGOLD, 1995, p. 12).

Em nossa análise, a percepção dos veganos quanto a classificação dos humanos e não humanos muito se converge com o pensamento dos gradualista e dos *ojibwa* ao identificar os animais como capazes de sentir sensações, de se comunicar e sentir prazer, assim como a negação de um especismo. Como podemos observar nas falas abaixo:

Não somos o topo de nada, somos uma parte do conjunto, não temos o direito de subjugar ninguém, de tratar alguém como ser inferior. **Não são patamares de inteligências diferentes, melhor dizendo,** não existem patamares entre a nossa inteligência e a inteligência de um animal. **São inteligências diferentes, não podemos comunicar com uma formiga porque não somos da mesma espécie. Elas conseguem se comunicar entre si e nós também, porque somos da mesma espécie.** (j. relatos de entrevista, outubro de 2012, grifo nosso).

Sendo apontada a ausência de uma relação afetiva e de respeito entre humanos e não humanos, o que foi rompido com a lógica mercadológica que transforma os animais em produto e os humanos em detentores da tutela destes.

Uma vez eu ouvi eles [funcionários do mercadinho] comentarem - matamos um ontem [porco] e deu cento e dez quilos! Cada um batia na cabeça dele uma vez e ia revezando. Aí ele falando todo feliz, a cabeça era tão duro que parecia estava metendo a marreta no calçamento. **Aí eu fiquei pensando o cara tá feliz por ter tirado a vida de alguém no dia anterior – isso é psicopatia!** (j. Relatos de entrevista, outubro de 2012).

Quando você vai estudar a história e as tribos mesmo ancestrais eles comem carne, mas era muito raro e quando eles comem carne na hora de matar os animais eles matavam não o animal que estavam prenho, não era um animal jovem, era um mais velho e era para saciar a fome mesmo da tribo e eles tinham todo um ritual, eles agradeciam aquele alimento, eles pediam perdão por terem tirado aquela vida, mas era para consumo, para alimentar mesmo. E hoje, não é isso. A gente não come carne para se alimentar, a gente come carne por prazer, entendeu? Você não precisa você não está com fome e precisa daquela carne. Você vai no supermercado e nem vê aquele bicho que morreu. Então, eu não tenho nada contra... é só porque tá matando, claro que é porque tá matando, só que é um sofrimento desnecessário e tá bem nítido que o bicho tá sofrendo e tá doendo, você não vai morrer a facadas e não sentir dor (P. M. Relatos de entrevista, 2012).

Para Philippe Descola (1998) muitas organizações ecológicas têm como fonte de inspiração as visões de mundo dos índios da Amazônia ou da América do Norte, os quais convivem harmoniosamente com uma natureza. Concebendo uma diferença de grau, não de natureza, entre os homens, as plantas e os animais. Os Achuar da Amazônia equatoriana acreditam que a maioria das plantas e dos animais possui uma alma (*wakan*) similar àquela dos humanos e essa característica assemelharia os humanos dos não humanos como “pessoas” (*aents*) mediante a capacidade de ambos experimentarem emoções e permite-lhes trocar mensagens com seus pares e com membros de outras espécies, e, assim, com os homens (DESCOLA 1986; 1993^a, 1998, pp. 27-28). Apesar de em alguns aspectos o relacionamento entre os animais e índios da Amazônia convergir com as ideologias difundidas pelo veganismo, como bem vimos os adeptos a esse movimento não enviam o elemento alma como a característica central que aproxima os animais de um ser humano, mas a capacidade destes de comunicar-se com sua espécie e com outras através de sua própria linguagem, e principalmente a capacidade de sentir “dor” e desfrutar de prazeres e é neste último ponto que os animais se assemelham aos humanos.

3. TENTATIVA DE ROMPER COM O ANTROPOCENTRISMO: UMA QUESTÃO DE ÉTICA

Os condicionantes, “ética” e “moralidade” apareceram de maneira significativa, pois são os fios condutores que constroem as perspectivas do que é ser vegano e vão mover os pensamentos e atitudes dos “integrantes” do grupo. A fala abaixo de Felipe proferida na Palestra de abertura da Reunião de Fundação da Sociedade Vegana, São Paulo, 14/03/2010, reproduz uma busca de rompimento com a concepção antropocêntrica, o que foi recorrente

nas falas dos entrevistados. E é neste ponto que surge o princípio ético da não-violência contra quaisquer indivíduos vivos, bem como garantir o direito de existência, de reprodução e de não privação da liberdade das espécies animais. “A privação, eticamente injustificável, de qualquer desses direitos, viola a condição de sujeitos de suas vidas, tão inerente à vida animal quanto o é à humana” (FELIPE, 2010, p. 5). O que para eles só é possível com a desanimalização do consumo de produtos de origem animal.

Na perspectiva ética vegana, humanos perdem o estatuto de proprietários e beneficiários da vida alheia. Reconhecer direitos fundamentais à vida e ao bem próprio de cada ser vivo é o modo razoável de resguardar a singularidade do bem próprio à vida deles, sendo indiferente ao agente moral a espécie à qual o animal pertence. Assumindo uma posição no âmbito do movimento vegano, o indivíduo orienta-se por um sentido positivo de expressão de si, compartilhado pela comunidade formada por outros que também assumem a perspectiva da ética animal não-antropocêntrica como eixo existencial de seu projeto de vida (FELIPE, 2010, p. 1).

Este desafio apontado pela autora remete a representação que os veganos possuem acerca do consumo de produtos de origem animal, logo, essa representação projeta pensamentos, ações e lançam no cotidiano dos adeptos estratégias para não fazer uso e não “explorar” os animais. Para tanto, não consomem produtos de origem animal e referem-se à carne de animais comerciais com as seguintes expressões “cadáveres”, o animal “assassinado”, não “sujar as mãos com sangue”, entre outros. Deste modo, “*O veganismo não é apenas o ato de parar de deixar de comer, digamos assim, alimentos que contém alguma coisa de origem animal, mas a causa preza de uma posição ética na sociedade e moral também, porque não tem como você dizer que respeita a vida de ninguém e quando chega ao mercadinho você compra três sardinhas por dois reais*” (relatos de entrevista, 2012). Essas afirmações e nomenclaturas denunciam em certa medida uma relação harmônica e assimétrica que esses adeptos pretendem possuir com os animais como podemos ver na fala acima, pois um pedaço de carne não é um simplesmente um alimento, mas o que está em jogo é a vida de um animal “senciente”.

Alguns de nossos entrevistados apontaram uma preocupação também com a harmonia de seu corpo e sua mente através da nova relação com a natureza “Eu acredito que tenho acesso ao tipo de energia mais direta, mais pura, que vem dos vegetais, pois é primeira fonte de energia, por isso é mais bonita, não é uma energia que vai somando outros níveis da cadeia alimentar. A planta é um tipo de tecido, energia da vida, ela é leve” (relato de entrevista, 2012).

Deste modo, para os nossos entrevistados o veganismo leva o indivíduo a desempenhar um contato com a *energia pura das plantas que* beneficia o corpo, a mente, e não trás consigo uma “energia condensada” vinda da cadeia alimentar. Para eles é importante receber uma alimentação pura, que não passe por processos industrializados, esta seria a planta, causadora de um “bem” internalizado. Enquanto a carne conteria falta de energias “boas” devido a vida de sofrimento vivenciada pelo animal de abate e de produção, sua morte “sentindo dor” e o processo de industrialização da carne.

Eu sei que é gostoso, eu já comi bastante carne. Mas, eu olho assim e sei o quanto **aquilo é sujo, sofrido**. E eu acho também como eu tenho essa questão muito apegada a religião eu penso que por **todo o processo que aquela carne ela já passou ela perdeu todas as energias que ela tinha, que ela poderia me passar, aquele bicho que tava ali ele já não tem mais nada dele ali**. Então, eu penso que já não vai me fazer bem. **A carne hoje é industrializada, não tem nada puro naquilo** (P. M, relatos de entrevista, 2012).

Foi apontado também o repúdio a lógica de mercado do consumismo que diretamente ou indiretamente incentiva ao desperdício energético da carne ao consumir simplesmente por prazer e em grandes proporções, ou seja, a crítica feita refere-se ao consumo de energia em ingestão de excesso proteico. Conforme a citação (P. M, relato de entrevista, 2012):

Você vai ao shopping ver tanta gente pedindo porção, aquela porção enorme e come quatro e ainda sobra carne, aí eu penso deve ter morrido uns dois bois ali. Morreram e tão ali sobrando!

Em nossa leitura, a crítica feita ao desperdício de carne e ao sistema cultural carnívoro vigente, pode está inteiramente ligada a uma racionalidade conectada ao conceito de sistemas culturais como sistemas termodinâmicos apontados por Leslie WHITE (1978). Em que o autor defende a formação da cultura interligada a captação de energia para suprir as necessidades dos homens, afim de proporcionar uma vida segura e duradoura. Portanto, como veremos mais adiante, para esse movimento as necessidades alimentares humanas podem ser supridas sem que haja desperdício de energia e proteína e para tanto sem o uso de animais na alimentação, mas de plantas, cereais e frutas.

4. DISPUTAS POLÍTICAS COM OS AGROPECUARISTAS: CONTRA UMA LÓGICA CARNÍVORA

O Brasil é o quinto maior país do mundo em território, com 8,5 milhões de km² de extensão, com cerca de 20% da sua área (174 milhões de hectares) ocupada por pastagens. A década de 2000 foi marcada pela consolidação do Brasil como potência na produção e exportação de carne bovina, sendo que assumiu a primeira colocação dentre os exportadores em 2004. O Brasil ocupa a segunda posição de produtor de carne bovina do mundo, mantendo 68% da área do seu território com florestas preservadas (ABIEC, 2012).

Segundo Ingold (2000) o consumo da carne pode ser compreendido através de duas modalidades: a) os animais para fins alimentares e b) uma sociedade que tem uma ligação com os animais, onde a atividade pastoril ou caçadora se realiza.

Em nossas entrevistas ficou muito claro a tensão entre o veganismo e a Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) que representa os interesses da pecuária bovina no Brasil, os quais buscam convencer a população dos benefícios em se consumir carne. Enquanto o Veganismo – movimento em defesa dos direitos animais que tem ganhado crescente espaço no Brasil – argumentam a ilegitimidade de relações éticas na produção e consumo da carne. Portanto, “a questão do consumo de carne nunca foi e jamais

será culturalmente neutra. O consumo de carne não suscita apenas questões médico-nutricionais. Ele comporta uma ‘teia de valores metafísicos e morais’ (LESTEL, 2011, p. 16) inscrita e engendrada, em grande parte, pelos seus métodos de obtenção e produção” (LEWGOY e SORDI, 2011, p. 138).

Deste modo para Lewgoy e Sordi (2011) os dois grupos buscam persuadir a sociedade quanto aos aspectos positivos - em termos de proteínas (energia) contidas na carne e a evolução do homem ligada ao consumo da carne, do crescimento econômico do país e de identidade nacional (o boi como constituidor da história brasileira) - principais argumentos do agronegócio - e por outro lado dos aspectos negativos ao se consumir carne como alimento (veganismo) – grandes impactos no meio ambiente como aumento da camada de ozônio, ausência de controle sanitário nos abatedores, sofrimento animal e o condicionamento cultural humano para comer carne.

Os nossos entrevistados trouxeram em seus discursos a não aceitação que nós seres humanos somos biologicamente carnívoros. Um de nossos entrevistados, biólogo, trouxe como argumentação o sistema digestivo, anatomia e instintos naturais do homem como não carnívoros. Deste modo, o sujeito não se desenvolveu fisicamente e mentalmente a partir de preceitos biológicos ligados a iniciação em consumir carne. Como exemplifica as falas abaixo:

Eu vou colocar o “carnivorismo” como um preconceito por que, por exemplo, no caso da alimentação, do vegetarianismo... Isso é legal saber, que eu sou biólogo para justificar que eu sei que nós somos onívoros, nós temos escolhas do alimento, biologicamente somos onívoros, é uma certeza que tenho.

Como é produzido o mercado da carne? Você vê propaganda de carne o tempo todo, as pessoas sabem que tem que comer carne, tomar leite, “todynho” não é? Mas ninguém é ensinado a uma criança a comer verdura.

Aprendemos isso no passado![alimentar-se de carne]. Não somos carnívoros! somos vegetarianos! assim como muitos animais e por cultura e agora capitalismo por dinheiro fudeu mais ainda.

Para muitos a dieta vegana é bem restrita e inadequada, como se a carne fosse dotada de componentes alquímicos capazes de por si só manter o funcionamento adequado do metabolismo humano.

(Relatos de entrevista, 2012)

De maneira inversa ao argumento dos adeptos ao veganismo Friedrich Engels em seu texto “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” afirma que o consumo da carne para o Ser humano foi de suma importância para seu desenvolvimento físico e mental, como podemos ver na citação a seguir:

Mas a caça e a pesca pressupõem a passagem da alimentação exclusivamente vegetal à alimentação mista, **o que significa um novo passo de sua importância na transformação do macaco em homem.** A alimentação cárnea ofereceu ao organismo, em forma quase acabada, os ingredientes mais essenciais para o seu metabolismo. [...] Mas **onde mais se manifestou a**

influência da dieta cárnea foi no cérebro, que recebeu assim em quantidade muito maior do que antes as substâncias necessárias à sua alimentação e desenvolvimento, com o que se foi tomando maior e mais rápido o seu aperfeiçoamento de geração em geração. **Devemos reconhecer - e perdoem os senhores vegetarianos - que não foi sem ajuda da alimentação cárnea que o homem chegou a ser homem.** (ENGELS, 1979, p. 220)

Na contemporaneidade o mercado de carne tem utilizado discursos próximos aos de Engels como, por exemplo, o valor nutricional que a carne possui é posto em evidência em palestras e conferências da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Importância da carne na nutrição humana, Cozzolino), as vitaminas, minerais e ácidos, a presença de zinco e ferro na carne, entre outros benefícios a fim de convencer a população a ingerir carne para garantir as proteínas necessárias ao seu desenvolvimento. Já os defensores dos não humanos passivos de dores, buscam provar os malefícios da carne ao corpo humano e ao meio ambiente como um todo. E esse campo de disputa e legitimação a partir de artifícios científicos pode ser compreendido como um espaço de representação legítima de técnicos e cientistas, conforme a citação abaixo:

A premência da busca dos pareceres “científicos” nas guerras da carne pode ser compreendida á luz da polissemia do verbo “representar”, tal como explicitada por Latour (2004, 2009): á medida que emergem atores sociais como os ambientalistas e os defensores dos animais, que arrogam para si o papel de “representar” o ambiente e os animais na esfera pública, reforça-se a mobilização daqueles agentes socialmente sancionados como detentores da representação legítima do real: os técnicos e os cientistas (LEWGOY e SORDI, 2011, p. 149).

Vale salientar que nosso intuito neste trabalho não é demonstrar falhas ou defender discurso dos adeptos do veganismo ou dos protetores do consumo da carne a ideia é explicar como essas tensões se formam em torno do tema, tensões essas extremamente políticas, mas que busca respaldar seus argumentos em um debate científico como forma de legitimação. O presidente da Sociedade Vegana Brasileira Marly Winckler no texto “produção ambiental x produção de carne” defende que a criação de gado em larga escala é responsável por grande parte de emissão de gases de efeito estufa, consumo exorbitante de água doce, desmatamento e poluição dos rios. As justificativas do autor para cada um dos elementos apontados são dados do IBGE sobre o crescimento da criação bovina, relatórios da FAO que confirmam o aumento do desmatamento para a criação de gados e sua implicação direta com os gases do efeito estufa “de acordo com a FAO, a pecuária está entre as três principais causas de qualquer problema ambiental significativo, incluindo a degradação da terra, mudanças climáticas e poluição do ar, escassez e contaminação de água e perda de biodiversidade” (Marly WINCKLER p. 55).

Em nossas entrevistas foi bastante recorrente a aversão ao mercado de carne devido a questões de saúde, impactos ambientais, ausência da vigilância sanitária nos abatedores e crueldade nestes espaços, bem como o sofrimento dos animais. Como bem exemplifica as falas abaixo:

Na verdade eu não sou contra o consumo de carne, mas contra o mercado de carne. [o mercado é] Gigantesco! Super desperdiçador! de tanto de carne que é jogada fora (...) os abatedores são sujos, as crianças hoje em dia comem muita porcaria que tá dentro da carne, a carne tem muito hormônio. Você vê uma criança de doze anos com uma bunda enorme, um peito enorme, claro que isso tem haver com a alimentação com o tanto de hormônio que o bicho tá comendo. O que o bicho come você come também, entendeu? Então, eu acho absurdo o mercado de carne que a gente tem hoje (Relatos de entrevista, outubro, 2012, grifo nosso).

A única floresta densa [Floresta da Amazônia] que temos no planeta está aos poucos sendo devastada simplesmente pelo consumo de carne. O pum da vaca é o segundo em questão de destruição na camada ozônio (Relatos de entrevista via facebook, outubro, 2012).

(...) eu li muito sobre os abates humanitários, essas coisas não colou muito comigo. Abate humanitário é um tipo de abate que dizem que tem menos sofrimento para o bicho... só que o abate humanitário não tem nada de menos sofrimento, para mim não, tá bem nítido que o bicho tá sofrendo (...) e a maioria dos abatedores aqui no Brasil são clandestinos, então de humanitário tem menos ainda, além de ser muito sujo (Relatos de entrevista, outubro, 2012, grifo nosso).

Sobre este ponto percebemos que é recursivo como justificativa a sua adesão ao veganismo não apenas o amor aos bichos, mas razões materialistas e funcionalistas para garantir também a sobrevivência humana. Concepção esta que foi abordada por Marvin Harris (1978) em um estudo na Índia em busca de explicações racionais e inconscientes que justificassem a vaca ser considerada um animal sagrado nesse país. Chegando ele a conclusão que o amor às vacas constitui uma mobilização para sobreviver num ecossistema de baixa energia, ou seja, em um elemento ativo do conjunto material e cultural complexo e intimamente articulado.

Quando estávamos em uma de nossas entrevistas sentou ao nosso lado um técnico em agroindústria e amigo de nosso entrevistado. E ao ouvir quando conversávamos sobre abate ele contou-nos sobre algumas experiências vivenciadas por ele que contradizem a existência do abate humanitário como via regra.

Eu já vi muito abate de animais e abati. Já abati boi, já abati cabra. E aí feliz com isso? (vegano) não! Não fiquei feliz ... em relação a abate em animais o que a gente sempre viu e o que os professores pregavam – tanto a legislação prevê como estudos são feitos é encontrar as maneiras menos dolorosas ao animal – no caso do boi, dificilmente seria feito, seria a pistola pneumática, que é uma morte rápida, uma pistola comprimida na cabeça dele e ele morre rapidamente. No caso, da rã é um choque e no caso da cabra também seria a pistola. Só que até nas aulas práticas a gente não via isso. Porque teve uma aula prática que era para abater uma cabra e todo mundo ficou chocado porque foi triste a morte dela ela morreu a machadadas. Isso foi lá na universidade... Vocês viram batendo?

(pesquisadora) Eles já fizeram! (vegano). Eu não bati na cabra não!. (Relatos de entrevista, técnico em agroindústria, 2012).

Conforme a instrução normativa nº 3, de 17 de janeiro de 2000 para o regulamento técnico de métodos de insensibilização para abate humanitário de animais de açougues (Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2010):

2.1 Procedimentos de abate humanitário: os procedimentos técnicos e científicos usados no abate devem garantir o bem-estar dos animais desde a recepção até a operação de sangria;

2.4. Manejo: é o conjunto de movimentações deve ser realizada com o mínimo de excitação e desconforto, proibindo-se qualquer ato ou uso de instrumentos agressivos a integridade física dos animais ou provoque reações de aflição;

3.1. A construção, instalações e os equipamentos dos estabelecimentos de abate, bem como o seu funcionamento devem poupar aos animais qualquer excitação, dor ou sofrimento;

3.6. A recepção deve assegurar que os animais não sejam acudados, excitados ou maltratados;

3.7. Não será permitido espancar os animais ou agredi-los, erguê-los pelas patas, chifres, pelas, orelhas ou cauda, ocasionando dores ou sofrimento.

Nesse sentido, essa instrução normativa teve por intento regulamentar métodos de abate a todos os animais de açougue para diminuir o sofrimento dos animais nesse procedimento, mas ao que nos parece, conforme a fala de nosso entrevistado, não se efetua de fato o abate humanitário como generalidade permanecendo o uso de ferramentas como machado que é um instrumento agressivo e provoca reações de aflição no animal. Também podemos perceber o campo de conflito entre os vegans e os abatedores de animais, devido a dualidade entre morte x preservação da vida e bem estar animal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolver das entrevistas, ficou perceptível que o veganismo é um grupo que disputa espaço na agenda política para criação de políticas públicas para abolir o sofrimento dos animais, bem como um movimento contracultural, na medida em que adotam uma negação a cultura carnívora vigente e propõem um novo modelo de relacionamento com os animais através da atribuição de pessoa a estes, portanto é preciso a desanimalização do consumo da carne e para tanto a criação de um novo mercado que não produzam produtos de origem animal e nem usem os mesmos em testes científicos. Eles/as destacam uma rotina diferenciada dos indivíduos que não são adeptos a esse “estilo de vida”, uma mudança nos hábitos, costumes, valores e essas questões para eles estão intrinsecamente ligadas a moral. Seria uma crítica ao modelo adotado pela sociedade vigente. Além disso, é afirmado pelos entrevistados que a necessidade de comer carne é criada socialmente, para corroborar com tal afirmação, é mencionada a ciência biológica como forma de demonstrar que não há prejuízos para o corpo se o individuo não comer carne animal e seus derivados, buscando trazer argumentos científicos, que são refutados, em sua maioria, na tentativa de afirmar que seus discursos e práticas podem ser efetivados sem nenhum dano para o corpo e a mente. Também foi foco de preocupação o meio ambiente, energia e abuso do mercado da carne, argumentos

esses que convergem com a racionalidade utilitarista proposta por Marvin HARRIS (1978) e os sistemas culturais como sistemas termodinâmicos apontados por Leslie WHITE (1978).

AGRADECIMENTOS

Somos gratos a colaboração a todos os sujeitos pesquisados pela disponibilidade aos questionamentos da pesquisa. A nossa orientadora Professora doutora Maristela Oliveira de Andrade pela paciência, indicação bibliográfica, correção, críticas e questionamentos. Aos professores doutores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba Ivan Fontes Barbosa, Simone Brito de Magalhães e Mônica Franch pela atenção, disponibilidade, conversas de corredores e principalmente pelas críticas que nos conduziram e orientaram aos caminhos que deveríamos percorrer. Enfim, aos nossos colegas universitários, em especial a Emannuella Santana Vieira pela colaboração na construção do texto, e a nossa família pela paciência, pois este tema se tornou presente em nosso cotidiano com vigor, modificando até algumas de nossas práticas.

NOTAS

¹ Graduanda em Ciências Sociais/UFPB

² Graduando em Ciências Sociais/UFPB

REFERÊNCIAS

ARGOLO Tainá C. Veganismo como Desobediência civil. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

BECK, Ulrich. *Incertezas fabricadas - Entrevista com o sociólogo alemão Ulrich Beck*. In IUH ONLINE. Sociedade de risco: o medo na contemporaneidade. São Leopoldo, 2006. Disponível: < <http://www.unisinus.br/ihu> > Acesso em novembro, 2012.

CARVALHO, Carlos Gomes de. *O que é Direito Ambiental: Dos Descaminhos da Casa à Harmonia da Nave*. Florianópolis: Habitus, 2003.

CASTELLS, Manuel. *O verdejar do ser: o movimento ambientalista*. In *O Poder da Identidade*. Tradução de Klaus Brandini Gerhard. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Declaração Universal dos Direitos dos animais. UNESCO: Bruxelas- Bélgica, 1978. Disponível: www.ufgd.edu.br/propp/ceua/downloads/declaracao-universal-dos-direitos-dos-animais-unesco. Acesso em novembro, 2012.

DESCOLA, Philippe. *ESTRUTURA OU SENTIMENTO: A RELAÇÃO COM O ANIMAL NA AMAZÔNIA*. Tradução de Tânia Stolze Lima. MANA 4 (1): 23-45, 1998.

ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979.

FELIPE, Sônia T. *A desanimalização do consumo humano: desafios da ética vegana*. Palestra proferida na abertura da Reunião de Fundação da Sociedade Vegana. São Paulo: 2010. Disponível em www.sociedadevegana.org/index.php?view=article&catid=16%3Aetica&id=16%3Aadesanimalização Acesso em novembro, 2012.

FELIPE, Sônia T. *ÉTICA NA ALIMENTAÇÃO: O FIM DA INOCÊNCIA*. Palestra proferida no Encontro Temático da SVB-Brasília, 16 e 17 de agosto de 2008.

FERRIGNO, Mayra Vergotti. *Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo. 2012.

Filósofos de Libertação Animal: Tom Regan. *Direitos Animais*, Unicamp 2010. Disponível: < <http://direitosanimaisunicamp.blogspot.com> > Acesso em novembro, 2012.

HARRIS, Marvin. *Vacas, porcos, guerras e bruxas: Os enigmas da cultura*. Editora: Civilização brasileira, 1978, 205 p.

INGOLD, Tim. *Humanidade e animalidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 28, junho de 1995. Disponível: www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/outras_paginas/arquivos/aulas/marcio_caniello/introa_antropologia/INGOLD_Humanidade_e_Animalidade.pdf. Acesso em outubro 2012. Acesso em novembro, 2012.

_____, *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge. Mana vol. 7, n. 2, Rio de Janeiro. Outubro, 2001.

LANNA, Dante Pazzanese. *Palestra Nutrição animal e qualidade da carne bovina brasileira*. Laboratório de Nutrição e Crescimento Animal, ESALQ/Universidade de São Paulo. Diretor Técnico da Assocon. In Congresso Internacional da Carne, Campo Grande - MS, 2011. Disponível: < www.famasul.com.br/palestrascongresso/ > Acesso em novembro, 2012.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano. *As guerras de carne: o consumo carnívoro, seus defensores e críticos*, 2011, pp. 137-151.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. *Instrução normativa N° 3/00 para o regulamento técnico de métodos de insensibilização para abate humanitário de animais de açougues*. Brasil: Brasília, M. M. A. 2000. Publicado no Diário Oficial da União de 24/01/2000.

SINGER, Peter. *Movimento de Libertação animal*. Tradução Marly Winck. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SPAREMBERGUER, Raquel Fabiana Lopes; SILVA, Danielle Aita da. *A relação homem, meio ambiente, desenvolvimento e o papel do direito ambiental*. Curso Direito Teoria Jurídica Doutrina Jurídica Direito Ambiental / Sustentabilidade Direito Ambiental / Sustentabilidade, 2008.

VELHO, Otávio. Artigo bibliográfico. *De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico*. BATESON, Gregory. 2000 [1972]. *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

WINCKLER, Marly. *Produção ambiental x produção de carne*. Orgânicos em Revista, 4 p. Disponível em <www.vegetarianos.com.br/blog/producao-de-carnex-impacto-ambiental>. Acesso em outubro de 2012.

WHITE, Leslie A. *O conceito de sistemas culturais*. Editora Zahar, 1978.